

ACEF/1415/10057 — Relatório final da CAE

Caracterização do ciclo de estudos

Perguntas A.1 a A.10

A.1. Instituição de Ensino Superior / Entidade Instituidora:

Instituto Politécnico De Coimbra

A.1.a. Outras Instituições de Ensino Superior / Entidades Instituidoras:

A.2. Unidade(s) orgânica(s) (faculdade, escola, instituto, etc.):

Escola Superior De Educação De Coimbra

A.3. Ciclo de estudos:

Educação Especial, Especialização em Problemas do Domínio Cognitivo e Motor

A.4. Grau:

Mestre

A.5. Publicação do plano de estudos em Diário da República (nº e data):

<sem resposta>

A.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Educação Especial

A.7.1 Classificação da área principal do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF):

140

A.7.2 Classificação da área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

142

A.7.3 Classificação de outra área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

145

A.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

120

A.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março):
quatro semestres

A.10. Número de vagas aprovado no último ano lectivo:

32

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento

Pergunta A.11

A.11.1.1. Condições de acesso e ingresso, incluindo normas regulamentares

Existem, são adequadas e cumprem os requisitos legais

A.11.1.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

Verifica-se o cumprimento dos requisitos legais.

A.11.2.1. Designação

É adequada

A.11.2.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

A designação do ciclo de estudos (incluindo "Motricidade" em vez de "Motor") não é a mais

adequada, podendo ser uma sugestão para a sua designação “Educação Especial: Perturbações do Desenvolvimento Cognitivo e Motor”; A classificação no ponto A7.3 da área secundária do CE como 145 - Formação de professores de áreas disciplinares específicas- não é adequada a este CE.

A pronúncia datada de 27 de Abril de 2016 alterou a situação, ao mudar o nome do mestrado para “Mestrado Em Educação Especial-especialização em Problemas do domínio Cognitivo e Motor”, parcialmente em linha com o sugerido pela CAE .

A.11.3.1. Estrutura curricular e plano de estudos

Satisfaz as condições legais

A.11.3.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

A estrutura curricular e plano de estudos apresentados obedecem aos requisitos legais gerais.

Trata-se de um mestrado com 120 ECTS, incluindo o desenvolvimento de um “Projecto” no 2ºano. Não é clara a opção por considerar a UC Projeto como duas UC semestrais, em vez de uma UC anual, como referido pela CAE na visita.

A pronúncia alterou a situação, passando a UC de Projecto a anual (ver novo plano de estudos). A resposta acrescentou as FUCs das UCs revistas de Teoria do Currículo, Currículos Funcionais e SAAC.

A.11.4.1 Docente(s) responsável(eis) pela coordenação da implementação do ciclo de estudos

Foi indicado e tem o perfil adequado

A.11.4.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

Os 3 docentes coordenadores têm o grau de doutor (dois em Ciências de Educação e um em Psicologia Pedagógica) e estão em regime de 100% na instituição.

Pergunta A.12

A.12.1. Existem locais de estágio e/ou formação em serviço.

Não aplicável

A.12.2. São indicados recursos próprios da instituição para acompanhar os seus estudantes no período de estágio e/ou formação em serviço.

Não aplicável

A.12.3. Existem mecanismos para assegurar a qualidade dos estágios e períodos de formação em serviço dos estudantes.

Não aplicável

A.12.4. São indicados orientadores cooperantes do estágio ou formação em serviço, em número e qualificações adequadas (para ciclos de estudos de formação de professores).

Não aplicável

A.12.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Nada a referir

A.12.6. Pontos Fortes.

Nada a referir

A.12.7. Recomendações de melhoria.

Nada a referir

1. Objectivos gerais do ciclo de estudos

1.1. Os objectivos gerais definidos para o ciclo de estudos foram formulados de forma clara.

Sim

1.2. Os objectivos definidos são coerentes com a missão e a estratégia da instituição.

Sim

1.3. Os docentes envolvidos no ciclo de estudos, bem como os estudantes, conhecem os objectivos definidos.

Sim

1.4. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Os objectivos gerais são definidos de forma clara. São coerentes com a missão e a estratégia da instituição e são do conhecimento geral dos docentes e dos estudantes.

1.5. Pontos Fortes.

Clareza e consistência dos objectivos, centrados no desenvolvimento de competências de avaliação e intervenção na área de acção do CE e voltados para a preparação profissional dos estudantes.

A Instituição tem uma ampla experiência de formação na área da EE, iniciada em 1993 (Ponto 7.3.1 do RAA).

Estratégias implementadas pela Direcção do Curso para articular os objectivos das UCs, dinamizar projectos e partilhar com docentes e estudantes as informações da formação.

1.6. Recomendações de melhoria.

Para concretizar os objectivos fixados é necessário clarificar os conteúdos em algumas UC bem como a avaliação das aprendizagens dos estudantes (ver a seguir). A pronúncia datada de 27 de Abril de 2016 and the response alteraram a situação, com a reorganização de conteúdos em algumas UC, como é o caso da UC de Teoria do Currículo, Currículos Funcionais e SAAC .

2. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

2.1. Organização Interna

2.1.1. Existe uma estrutura organizacional adequada responsável pelos processos relativos ao ciclo de estudos.

Sim

2.1.2. Existem formas de assegurar a participação activa de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão que afectam o processo de ensino/aprendizagem e a sua qualidade.

Em parte

2.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Os processos de decisão, as competências e responsabilidades de cada órgão interveniente no CE estão definidos e são do conhecimento de todos. Os mecanismos de promoção da participação dos estudantes estão em fase de melhoramento com a proposta para que tenham assento no Conselho Pedagógico. A ESEC obteve a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2000 em Abril de 2006, pela SGS e “Atualmente a ESEC está a elaborar um sistema interno de garantia da qualidade de ensino segundo os requisitos da A3ES.” O responsável pela garantia da qualidade de ensino é o Presidente da ESEC, coadjuvado pela Gestora da Qualidade e pela Secretária da ESEC.

2.1.4. Pontos Fortes.

Nada a referir

2.1.5. Recomendações de melhoria.

Dar continuidade aos processos em curso relativos à representação adequada dos estudantes no Conselho Pedagógico.

A Pronúncia acrescentou informação relevante ainda que seja necessário a formalização das alterações em curso.

2.2. Garantia da Qualidade

2.2.1. Foram definidos mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos.

Sim

2.2.2. Foi designado um responsável pelo planeamento e implementação dos mecanismos de

garantia da qualidade.

Sim

2.2.3. Existem procedimentos para a recolha de informação, acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos.

Sim

2.2.4. Existem formas de avaliação periódica das qualificações e competências dos docentes para o desempenho das suas funções.

Sim

2.2.5. Os resultados das avaliações do ciclo de estudos são discutidos por todos os interessados e utilizados na definição de acções de melhoria.

Em parte

2.2.6. O ciclo de estudos já foi anteriormente avaliado/acreditado.

Em parte

2.2.7. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A garantia da qualidade é da responsabilidade do Presidente da ESEC, coadjuvado pela Gestora da Qualidade e pela Secretária da ESEC.

Para além dos procedimentos de recolha de informação e avaliação periódica do CE – inquéritos de satisfação dos estudantes com as UC preenchidos semestralmente – existem outros procedimentos de garantia da qualidade como o Livro de Reclamações, o acompanhamento e revisão de cursos, indicadores/objectivos por serviço, auditorias internas e externas.

Os resultados das avaliações são discutidos mas não há evidências suficientes do seu uso adequado para melhorar a qualidade do ciclo de estudos.

2.2.8. Pontos Fortes.

A instituição manifesta vontade de melhorar, estando neste momento a elaborar um sistema interno de garantia de qualidade de ensino de acordo com os critérios da A3ES.

O envolvimento da comunidade educativa no processo de garantia de qualidade.

2.2.9. Recomendações de melhoria.

Aprofundar o processo iniciado de desenvolvimento dos mecanismos de garantia da qualidade segundo os requisitos da A3ES.

3. Recursos materiais e parcerias

3.1. Recursos materiais

3.1.1. O ciclo de estudos possui as instalações físicas necessárias ao cumprimento sustentado dos objectivos estabelecidos.

Sim

3.1.2. O ciclo de estudos possui os equipamentos didácticos e científicos e os materiais necessários ao cumprimento sustentado dos objectivos estabelecidos.

Sim

3.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Os elementos fornecidos no Relatório e os dados recolhidos durante a visita indicam que existem instalações físicas adequadas à leccionação do CE,

A biblioteca dispõe de bibliografia para este domínio de conhecimento, sendo as bases de dados bibliográficos específicos da EE suficientes para cobrir as necessidades de aprendizagem.

3.1.4. Pontos Fortes.

- Recursos físicos existentes ao nível da qualidade das instalações.

3.1.5. Recomendações de melhoria.

Melhorar espaços de estudo para os estudantes poderem desenvolver trabalhos de grupo.

3.2. Parcerias

3.2.1. O ciclo de estudos estabeleceu e tem consolidada uma rede de parceiros internacionais.

Em parte

3.2.2. O ciclo de estudos promove colaborações com outros ciclos de estudo dentro da sua instituição, bem como com outras instituições de ensino superior nacionais.

Em parte

3.2.3. Existem procedimentos definidos para promover a cooperação interinstitucional no ciclo de estudos.

Sim

3.2.4. Existe uma prática de relacionamento do ciclo de estudos com o seu meio envolvente, incluindo o tecido empresarial e o sector público.

Em parte

3.2.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Além de parcerias nacionais (RAA e resposta) existem alguns protocolos e parceiras internacionais relacionadas com o CE, bem como

alguns mecanismos e procedimentos estabelecidos para promover cooperação interinstitucional, especificamente na lecionação em projectos de intervenção educativa, colaboração com outras IES, parceria com a Pró-Inclusão.

Nas visitas foi referido a intensificação, após a entrega do RAA, de cooperações, especificamente o relacionamento com instituições locais, nomeadamente com o projecto Proativos. Também através dos projectos de intervenção desenvolvidos pelos mestrandos estão a procurar as ligações sobretudo com escolas.

3.2.6. Pontos Fortes.

A revista da ESEC Exedra funciona como um estímulo à produção científica dos docentes, mas também à integração dos estudantes neste tipo de actividades.

3.2.7. Recomendações de melhoria.

Continuação e intensificação das iniciativas para efetivar parcerias e projetos nacionais e internacionais protocolados que possam constituir espaços de desenvolvimento de conhecimentos e de linhas de investigação que reforcem a qualidade deste CE como foi referido na visita pela coordenação do curso.

4. Pessoal docente e não docente

4.1. Pessoal Docente

4.1.1. O corpo docente cumpre os requisitos legais.

Sim

4.1.2. Os membros do corpo docente (em tempo integral ou parcial) têm a competência académica e experiência de ensino adequadas aos objectivos do ciclo de estudos.

Em parte

4.1.3. O número e o regime de trabalho dos membros do pessoal docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos.

Em parte

4.1.4. É definida a carga horária do pessoal docente e a sua afectação a actividades de ensino, investigação e administrativas.

Em parte

4.1.5. O corpo docente em tempo integral assegura a grande maioria do serviço docente.

Sim

4.1.6. A maioria dos docentes mantém a sua ligação ao ciclo de estudos por um período superior a três anos.

Sim

4.1.7. Existem procedimentos para avaliação da competência e do desempenho dos docentes do ciclo de estudos.

Sim

4.1.8. É promovida a mobilidade do pessoal docente, quer entre instituições nacionais, quer internacionais.

Em parte

4.1.9. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

O corpo docente obedece às exigências legais, sendo referido no RAA que é constituído por 12 docentes (11 na resposta), 7 a tempo integral (idem na resposta) e 5 (4) a tempo parcial. Dos docentes a tempo integral apenas 1 não possui o grau doutor. Os docentes a tempo parcial, apesar de a maioria não possuir grau de doutor, vêm acrescentar um nível de especialização importante ao CE, decorrente do facto de apresentarem experiência profissional na área do CE. DE modo global, o corpo docente tem experiência na área do CE. No entanto, a produção científica dos docentes em revistas internacionais com revisão por pares na área do CE é ainda pouco expressiva, especificamente na área das UC que leccionam

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente orientado por um conjunto de princípios.

Não é definida a carga horária relativa à investigação.

4.1.10. Pontos Fortes.

Nada a referir.

4.1.11. Recomendações de melhoria.

Definir uma estratégia que possa apoiar a investigação científica na área do CE por forma a aumentar a investigação e produção científica na área das UC de que são responsáveis. Definir mínimo de horas dedicadas à investigação.

4.2. Pessoal Não Docente

4.2.1. O pessoal não docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à leccionação do ciclo de estudos.

Sim

4.2.2. O número e o regime de trabalho do pessoal não docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos.

Sim

4.2.3. O desempenho do pessoal não docente é avaliado periodicamente.

Sim

4.2.4. O pessoal não docente é aconselhado a frequentar cursos de formação avançada ou de formação contínua.

Em parte

4.2.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

O RAA, bem como a reunião efetuada no decorrer da visita permitiram concluir que o pessoal não docente é qualificado e com vínculo à instituição. Existe um procedimento de avaliação do pessoal não docente. No RAA é referido que o pessoal não docente frequentou ações de formação em diferentes áreas (parte destas formações são oferecidas pela ESEC), mas não esclarece se quanto às condições dadas pela instituição para o efeito (e.g., a nível de incentivo e de disponibilização de tempo).

4.2.6. Pontos Fortes.

Funcionários experientes e disponíveis

4.2.7. Recomendações de melhoria.

Esclarecer se as necessidades do pessoal não docente são valorizadas na planificação do plano de formação.

5. Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem

5.1. Caracterização dos estudantes

5.1.1. Existe uma caracterização geral dos estudantes envolvidos no ciclo de estudos, incluindo o seu género, idade, região de proveniência e origem sócio-económica (escolaridade e situação profissional dos pais).

Sim

5.1.2. Verifica-se uma procura do ciclo de estudos por parte dos potenciais estudantes ao longo dos últimos 3 anos.

Sim

5.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

No RAA é feita uma caracterização geral dos estudantes. A maioria já trabalha como professor de educação especial ou educador de infância. Verifica-se uma grande procura do CE com 99% das vagas preenchidas no ano letivo de 2014/2015.

5.1.4. Pontos Fortes.

Das reuniões com os estudantes e graduados resulta uma perceção positiva do CE em relação à formação obtida e à instituição.

Procura do CE.

5.1.5. Recomendações de melhoria.

Nada a assinalar.

5.2. Ambiente de Ensino/Aprendizagem

5.2.1. São tomadas medidas adequadas para o apoio pedagógico e o aconselhamento sobre o percurso académico dos estudantes.

Sim

5.2.2. São tomadas medidas para promover a integração dos estudantes na comunidade académica.

Sim

5.2.3. Existe aconselhamento dos estudantes sobre a possibilidade de financiamento e de emprego.

Sim

5.2.4. Os resultados de inquéritos de satisfação dos estudantes são usados para melhorar o processo de ensino/aprendizagem.

Em parte

5.2.5. A instituição cria condições para promover a mobilidade dos estudantes.

Sim

5.2.6. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

No RAA é mencionado a existência de um gabinete de apoio ao aluno que dá apoio aos estudantes, e nas reuniões foi referido o papel prestado pela coordenação e pelo corpo docente deste CE no apoio pedagógico aos estudantes.

5.2.7. Pontos Fortes.

Bom ambiente de trabalho e de relações docente/discente

5.2.8. Recomendações de melhoria.

Melhorar a transposição dos resultados dos questionários para a melhoria do processo de ensino/aprendizagem.

6. Processos

6.1. Objectivos de Ensino, Estrutura Curricular e Plano de Estudos

6.1.1. Estão definidos os objectivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) a desenvolver pelos estudantes e foram operacionalizados os objectivos permitindo a medição do grau de cumprimento.

Em parte

6.1.2. A estrutura curricular corresponde aos princípios do Processo de Bolonha.

Sim

6.1.3. Existe um sistema de revisão curricular periódica que assegura a actualização científica e de métodos de trabalho.

Em parte

6.1.4. O plano de estudos garante a integração dos estudantes na investigação científica.

Em parte

6.1.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

No RAA são elencadas de forma clara as competências a desenvolver neste CE, não apresentando, contudo, objectivos formulados em termos de alguns conhecimentos essenciais à fundamentação das práticas como, por exemplo, objectivos relativos aos paradigma do suporte ou ao paradigma biopsicossocial, ou habilitação de contextos, organização da sala de aula, Interação e comunicação entre pares. O facto da avaliação de muitas UC serem negociadas com os estudantes no início da formação, embora constitua uma forma de os envolver nos processos de tomada de decisão, dificulta a medição do seu grau de cumprimento. Não há evidência no RAA que os estudantes sejam integrados de modo adequado na investigação, não ajudando também a UC de Projecto repartida em dois semestres.

No RAA não é mencionada a periodicidade com que a revisão curricular é feita

6.1.6. Pontos Fortes.

Plano de estudo com um conjunto de UC importantes para o trabalho dos profissionais neste domínio de saber.

6.1.7. Recomendações de melhoria.

Alguns dos objectivos de aprendizagem, e conforme o ponto 6.1.1 do guião requer, deveriam ser escritos em termos de conhecimentos, por forma a explicitar os conhecimentos fundamentais estruturantes deste CE, como referido a título exemplificativo, em 6.1.5. A avaliação das UC deve ser mais objectiva, com os pesos de cada componente / tarefas a desenvolver bem estabelecidos. A passagem da UC da UC Pojecto (ver Pronúncia) a anual e a possibilidade da existência de um seminário de acompanhamento ao projecto, ou outra solução como discutido na visita, seria importante para aumentar o número de estudantes que terminam o CE e envolverem-se na investigação.

6.2. Organização das Unidades Curriculares

6.2.1. São definidos os objectivos da aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) que os estudantes deverão desenvolver em cada unidade curricular.

Em parte

6.2.2. Existe coerência entre os conteúdos programáticos e os objectivos de cada unidade curricular.

Sim

6.2.3. Existe coerência entre as metodologias de ensino e os objectivos de cada unidade curricular.

Sim

6.2.4. Existem mecanismos para assegurar a coordenação entre as unidades curriculares e os seus

conteúdos.

Em parte

6.2.5. Os objectivos de cada unidade curricular são divulgados entre os docentes e os estudantes.

Sim

6.2.6. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Há no CE uma abordagem mais clínica/biológica do que educacional que atravessa diferentes UC. P.ex. Perturbações do Comportamento e de Psicop. do Dsv. apresentam conteúdos sobreponíveis e, como referido na visita, poderia ter benefícios a integração de conteúdos das duas UC numa só, de modo a que alguns dos conteúdos referentes aos problemas de K fossem abordados como decorrência dos problemas de cognição, o que poderia, pelo menos nestas duas UC atenuar a visão mais clínica (ver 6.2.8)

O ponto 4 da UC de Educ.Inclusiva "principais perturbações e características", poderá fazer parte de outra UC, deixando espaço para elaborar sobre modelos actuais em educ. especial e inclusão que sustentam e fundamentam as prática.

As alterações nas UC Teoria do Currículo e SAAC (ver pronúncia e resposta) são convergentes com as recomendações da CAE

6.2.7. Pontos Fortes.

O CE permite uma formação sólida no que ao conhecimento da psicopatologia do desenvolvimento diz respeito e perturbações do desenvolvimento diz respeito e a UC de Estrat. Aval. Interv. Probl.s de Motricidade Cognição constitui-se como um espaço de prática importante.

6.2.8. Recomendações de melhoria.

O p.4 da UC de Edu. Inc., poderá fazer parte de outra UC deixando espaço para os modelos actuais fundamentadores da prática.

A pronúncia datada de 27 de Abril alterou parte das situações mencionadas e m 6.2.6, referindo a reorganização/introdução de conteúdos em diferentes UC de acordo com o relatório da CAE. Na pronúncia apresentam a nova FUC de Gestão e Modificação Comp., em substituição da UC Pert. do K, mas a alteração apresentada é sobretudo de ordem formal já que não são visíveis modificações substanciais no conteúdo de modo a enfatizar uma perspectiva claramente educacional..

6.3. Metodologias de Ensino/Aprendizagem

6.3.1. As metodologias de ensino e as didácticas estão adaptadas aos objectivos de aprendizagem das unidades curriculares.

Sim

6.3.2. A carga média de trabalho necessária aos estudantes corresponde ao estimado em ECTS.

Sim

6.3.3. A avaliação da aprendizagem dos estudantes é feita em função dos objectivos da unidade curricular.

Em parte

6.3.4. As metodologias de ensino facilitam a participação dos estudantes em actividades científicas.

Em parte

6.3.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

RAA e resposta

Como referido no ponto 6.1.5, a flexibilidade na avaliação das UC e o facto de em várias UC não serem explícitas as ponderações, dificulta a medição dos objectivos a desenvolver.

6.3.6. Pontos Fortes.

A utilização de um balanceamento entre metodologias expositivas e outras mais práticas, e o recurso em algumas UC aos casos trazidos pelos estudantes. A carga horária estabelecida para as UC foi referida como adequada pelos estudantes;foi referido nas reuniões pelos docentes uma cada vez maior preocupação por envolver os estudantes na investigação nas diferentes UC.

6.3.7. Recomendações de melhoria.

Melhorar a descrição da avaliação das UC onde essa não está clara; relacionar os projectos de intervenção e investigação que os docentes do CE protagonizam com as suas UC, por forma a facilitar a participação dos estudantes na investigação;

7. Resultados

7.1. Resultados Académicos

7.1.1. O sucesso académico da população discente é efectivo e facilmente mensurável.

Sim

7.1.2. O sucesso académico é semelhante para as diferentes áreas científicas e respectivas unidades curriculares.

Em parte

7.1.3. Os resultados da monitorização do sucesso escolar são utilizados para a definição de acções de melhoria no mesmo.

Sim

7.1.4. Não há evidência de dificuldades de empregabilidade dos graduados.

Em parte

7.1.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

O sucesso académico é muito positivo no 1º ano, contrastando com o 2º ano onde o sucesso é menor (no ano letivo 2013/2014 6 graduados dos 30 candidatos e em 2012/13, 13 diplomados); No RAA é referido o número não negligenciável de estudantes que necessitam de mais anos para concluir o CE, bem como a percentagem de estudantes que suspendem a realização da UC Projecto.

A maioria dos estudantes que integram o CE encontra-se a trabalhar, conforme mencionado no RAA. Dos restantes, 33% encontra emprego em áreas diferentes da área do CE.

7.1.6. Pontos Fortes.

Nada a assinalar.

7.1.7. Recomendações de melhoria.

Definir uma estratégia de incentivo à participação dos estudantes em atividades científicas que possam servir de preparação à realização da UC Projecto; para além do pré-projecto de investigação, realizado na UC de Metodologia de Investigação em Educação II.

A existência no 2º ano de um espaço curricular intencional dedicado (p.ex., seminários no quadro da UC Projecto) ao apoio à elaboração/desenho do projecto e a passagem do projecto a anual, poderão contribuir para melhorar a eficiência formativa deste CE e promover a investigação.

A pronúncia datada de 27 de Abril de 2016 alterou parte da situação aqui mencionada, passando a UC de Projecto a anual e contemplando uma componente seminário.

7.2. Resultados da actividade científica, tecnológica e artística

7.2.1. Existem Centro(s) de Investigação reconhecido(s), na área científica do ciclo de estudos onde os docentes desenvolvam a sua actividade.

Em parte

7.2.2. Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, nos últimos 3 anos e na área do ciclo de estudos.

Em parte

7.2.3. Existem outras publicações científicas relevantes do corpo docente do ciclo de estudos.

Sim

7.2.4. As actividades científicas, tecnológicas e artísticas têm uma valorização e impacto no desenvolvimento económico.

Em parte

7.2.5. As actividades científica, tecnológica e artística estão integradas em projectos e/ou parcerias nacionais e internacionais.

Em parte

7.2.6. Os resultados da monitorização das actividades científica, tecnológica e artística são usados para a sua melhoria.

Sim

7.2.7. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

RAA e resposta

Só 5 dos 11 docentes integram centros de investigação, só 4 docentes em 4 centros reconhecidos na área do CE.

A revista EXEDRA constitui um estímulo para a investigação científica e pode ser vista como um incentivo aos estudantes no desenvolvimento do seu Projecto. No entanto, existem poucas publicações dos docentes nos últimos 3 anos em revistas internacionais de referência na área do CE. A instituição tem desde a entrega do RAA aumentado as parcerias com instituições nacionais e internacionais, mas nem sempre relacionadas com o CE. Este é um aspeto que deverá ser melhorado através da intensificação dos esforços para estabelecer parcerias/projetos de intervenção e investigação das práticas no âmbito da educação especial e da inclusão.

7.2.8. Pontos Fortes.

A revista EXEDRA.

Colaboração de docentes de outras instituições do ensino superior.

7.2.9. Recomendações de melhoria.

Aprofundar o desenvolvimento de estratégias de investigação visando um maior nº de publicações no domínio da educação especial e da inclusão

Formalizar parcerias/projetos com centros nacionais e internacionais de qualidade, especificamente relacionados com a área do CE.

7.3. Outros Resultados

7.3.1. No âmbito do presente ciclo de estudos, existem actividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade ou formação avançada.

Em parte

7.3.2. O ciclo de estudos contribui para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a acção cultural, desportiva e artística.

Em parte

7.3.3. O conteúdo das informações sobre a instituição, o ciclo de estudos e o ensino ministrado são realistas.

Sim

7.3.4. Existe um nível significativo de internacionalização do ciclo de estudos.

Em parte

7.3.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

São referidas iniciativas do CE, a título de exemplo a formação de docentes de EE aquando a implementação do CE. No entanto, salienta-se, como referido nos pontos fracos do RAA, que as colaborações com as instituições não tem sido enquadradas por protocolos ou parcerias formais. A pouca informação sobre atividades com real impacto na comunidade local (e.g., agrupamentos de escolas, instituições de apoio a pessoas com incapacidades).

7.3.6. Pontos Fortes.

Nada a assinalar.

7.3.7. Recomendações de melhoria.

Reforçar as iniciativas para prestar serviços e formação à comunidade onde o CE está inserido. Melhorar e incentivar a internacionalização do CE em relação aos alunos ainda aque por períodos de curta duração. Explorar as TIC (p.ex., videoconferências).

8. Observações

8.1. Observações:

A instituição onde está sediado o CE apresenta vários anos de formação especializada em EE. A EC e o PE obedecem aos requisitos legais. Os obj. gerais são definidos de forma clara, coerentes com a missão da instituição e são do conhecimento geral dos docentes e dos estudantes. A coordenação do CE está muito envolvida, tem um perfil adequado e tem aumentado o esforço de parcerias com instituições educativas locais. A perceção dos estudantes acerca do CE e do envolvimento/disponibilidade dos docentes é positiva. Os docentes convidados trazem ao CE um aumento de especialização no domínio das práticas em EE.

Apesar destes pontos positivos, existem alguns aspetos que merecem consideração com vista à melhoria da qualidade do CE. Ao nível do PE, a CAE recomenda:

Continuar o esforço para inserir o CE na comunidade, protocolando com as instituições locais, mas também internacionais, por forma a desenvolver projetos de inves./intervenção que sirvam o CE, especificamente ao nível da UC de Projecto; essa mudança favorecerá o incremento/consolidação de linhas de inves., aumentando a produção científica dos docentes. A pronúncia datada de 27 de Abril alterou a situação no que ao nome do mestrado diz respeito, bem como à UC Projecto.

Tendo por base os obje. gerais do CE, repensar os conteúdos de algumas UC, como referido em 6.2.6/8. retirando o teor mais clínico e reabilitativo inscrito em algumas UC (6.2.8) deixando espaço para um conjunto de conhecimentos que estão ausentes nos programas (e que na visita foram referidos pelos docentes como sendo abordados nas aulas); certificar que os futuros professores de EE ou especialistas em EE têm oportunidade para trabalharem com casos reais, clarificando que os mestrandos têm acesso a esse conhecimento e prática, ie, que têm espaço curricular para aprenderem a usar a CIF na elaboração do RTP e do Perfil de Funcio, bem como têm prática na elaboração de um PEI, CEI e PIT.

8.2. Observações (PDF, máx. 100kB):

8.2._A3ES ficheiro de recurso.pdf

9. Comentários às propostas de acções de melhoria

9.1. Objectivos gerais do ciclo de estudos:

Não se apresentam propostas de melhoria aos objectivos gerais.

Formalizar a mudança do nome do CE.

9.2. Alterações à estrutura curricular:

Não se apresentam propostas de melhoria.

9.3. Alterações ao plano de estudos:

Não se apresentam propostas de melhoria.

ver UC de Projecto anual, com 60 ECTS

9.4. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade:

Não se apresentam propostas de melhoria, especificamente relacionadas a Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade. Contudo a acção 9.1.1. de aperfeiçoar os processos de orientação de Projecto final, recorrendo a um cronograma, poderá trazer benefícios a nível da garantia de qualidade formativa no que aos resultados diz respeito.

9.5. Recursos materiais e parcerias:

O RAA refere ações de melhoria voltadas para a formalização de procedimentos de promoção da cooperação interinstitucional no CE. Sendo uma ação adequada e considerada necessária para o CE, seria importante definir/discriminar quais as estratégias a que recorrerão para estabelecer parcerias protocolizadas, ou quais as instituições e as vantagens que daí poderão advir.

9.6. Pessoal docente e não docente:

Não apresentando propostas de melhoria, no RAA é referido a necessidade de “Incrementar a mobilização dos docentes para o desenvolvimento de projetos de investigação e publicações e promover encontros científicos e a troca de conhecimento no âmbito do CE”. Valerá a pena estabelecer para este efeito uma estratégia que seja clara e que permita aferir da sua implementação. Também estudar a possibilidade das horas de docência dos professores a tempo integral na instituição serem de algum modo contabilizadas na sua carga lectiva.

9.7. Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem:

Não se apresentam propostas de melhoria.

9.8. Processos:

O RAA refere ações de melhoria direccionadas para o aperfeiçoamento dos processos de orientação do trabalho de Projecto Final. Constituindo uma proposta adequada, esta ação de melhoria poderá ganhar se integrada numa estratégia mais global de incentivo aos estudantes para desenvolverem atividades científicas, enquadradas em linhas de investigação já existentes. Ver também estratégia mencionada no ponto 9.1.1 do RAA e outras já referidas ao longo deste relatório, especificamente no ponto 6.1.7.

9.9. Resultados:

O RAA refere a necessidade de incrementar a mobilização dos docentes para o desenvolvimento de projetos de investigação e publicações. As estratégias enunciadas constituem uma mais-valia, sendo necessário serem acompanhadas por um plano global que sustente a atividade científica (e.g., estabelecer linhas/temas de investigação, equipas correspondentes, metas a curto e médio prazo, parcerias...).

10. Conclusões

10.1. Recomendação final.

O ciclo de estudos deve ser acreditado condicionalmente

10.2. Período de acreditação condicional (se aplicável):

3

10.3. Condições (se aplicável):

1 - No prazo de 36 meses

Desenvolver uma estratégia de investigação por forma a:

- (i) melhorar a produção científica do corpo docente na área específica do CE, em particular de índole internacional em jornais de referência
- (ii) estabelecer parcerias nacionais/internacionais com centros de qualidade na área do CE

10.4. Fundamentação da recomendação:

Com base no RAA, nas respostas, nas informações obtidas durante a visita e pronúncia, a CAE considera que o CE apresenta um conjunto de aspetos positivos, referidos ao longo deste relatório e sumariados no ponto 8. Em particular, o CE inscreve-se numa instituição com tradição na formação especializada em EE; os requisitos legais estão assegurados; o staff é qualificado e tem ligação estável e os recursos e condições globais são apropriadas para o funcionamento do CE. Os estudantes manifestam uma opinião positiva acerca do CE e da disponibilidade dos docentes para os

apoiar; a procura é elevada; a coordenação está atenta às questões e aos desafios que são colocados ao CE, e que referem como necessário melhorar, nomeadamente a importância de fomentar parcerias nacionais e internacionais com vista a aumentar a produção científica (RAA).

A pronúncia datada de 7 de Abril de 2016, mostra o esforço e o empenho que a instituição colocou para dar resposta ao relatório preliminar elaborado pela CAE, em particular às situações identificadas pela CAE como “condições no imediato” e que devem agora ser formalizadas.

A pronúncia não resolve, como seria expectável, condições sobre parcerias e investigação (ver relatório preliminar) e que justificam condições a três anos.

Nesse sentido a CAE recomenda a acreditação condicional desse CE.